



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
Reificação da cultura e desertificação da política			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Carlos Alberto Salim Leal	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	Mestre em Comunicação e Cultura
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>O tema da “desertificação” da política aparece como momento relevante da reificação no capitalismo contemporâneo, o que torna necessário analisarmos aspectos deste fenômeno e seus reflexos na cultura e na ideologia. O problema que gostaríamos de lançar aqui diz respeito, assim, ao aprofundamento do fenômeno da reificação no momento em que as esferas de determinação e mediação dos indivíduos constituem-se numa espécie de esfera autonomizada que está para além da vida cotidiana destes indivíduos. Trabalhamos aqui com a hipótese que Jameson anuncia em <i>Cultura e Dinheiro</i>, no ensaio “Cultura e Capital Financeiro”, no qual afirma que a interação entre cultura mundializada através da mídia e o capital mundializado através de sua finacerização constituem-se como uma espécie de nova esfera “territorial” para o desenvolvimento do capital.</p> <p>Da argumentação acima, podemos depreender a estreita relação existente entre o "triunfo da ideologia mercantil" e a construção de identidades e valores culturais reificados. A problematização desta relação exigirá, portanto, que façamos uma análise mais profunda de como esta reificação ganha força no capitalismo neoliberal e de como ela interage com o discurso pós-moderno, quer seja sobre a forma mais "vulgar" do mesmo, oferecido à maior parte dos indivíduos (o individualismo, a idéia de que não existem mais opções de transformação social, etc.), quer seja sob sua forma mais elaborada, praticada em meios acadêmicos e intelectuais (as teorias de fim da história, fim das identidades universais, etc.).</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Reificação, Mídia, Política			
ABSTRACT			
KEYWORDS			

O tema da “desertificação” da política aparece como momento relevante da reificação no capitalismo contemporâneo, o que torna necessário analisarmos aspectos deste fenômeno e seus reflexos na cultura e na ideologia. O problema que gostaríamos de lançar aqui diz respeito, assim, ao aprofundamento do fenômeno da reificação no momento em que as esferas de determinação e mediação dos indivíduos constituem-se numa espécie de esfera autonomizada que está para além da vida cotidiana destes indivíduos.

Trabalhamos aqui com a hipótese que Jameson anuncia em *Cultura e Dinheiro*, no ensaio “Cultura e Capital Financeiro”, no qual afirma que a interação entre cultura mundializada através da mídia e o capital mundializado através de sua finacerização constituem-se como uma espécie de

nova esfera “territorial” para o desenvolvimento do capital. Jameson parte da formulação de Giovanni Arrighi em *O Longo Século XX*, pela qual a dinâmica de acumulação do capital expressa na fórmula D-M-D’ estaria combinada com uma dinâmica territorialista, na qual apareceria uma dinâmica de crescente expansão espacial do capital a cada nova fase de acumulação que, por homologia, expressar-se-ia por uma “T-E-T” (território - expansão - território expandido). Esta lógica “territorialista”, no entanto, não estabelece uma lógica de complementaridade simples com o princípio da acumulação. Na verdade, ela aparece como uma espécie de negação e complemento dialético da lógica de acumulação simples do capital, na medida em que surge como necessidade diante dos impasses que a acumulação enfrenta, expressa na queda da taxa de lucro. Sendo assim, o momento da expansão espacial representaria, a partir da explicação que Jameson propõe para a formulação de Arrighi, ao mesmo tempo um momento de transformação na gênese, na morfologia e na reprodução do capital. Estas transformações acompanhariam os períodos de desenvolvimento do capital e levariam a mudanças de epicentro e a um crescente grau de abstração em sua morfologia.

“O achado iluminado de Arrighi é que esse tipo peculiar de *telos* não precisa se dar em linha reta, mas pode muito bem se organizar em forma de espiral (uma figura que também evita as implicações místicas de diferentes visões cíclicas).

Trata-se de uma exposição que reúne varias exigências tradicionais: os movimentos do capitalismo têm que ser vistos como descontínuos, mas em expansão. Em cada uma das crises ele se transmuta para uma esfera mais ampla de atividade, em um campo maior de penetração, de controle, de investimentos e de transformação...

O esquema cíclico nos permite agora coordenar estas características: se colocarmos a descontinuidade não apenas no tempo, mas também no espaço, e se adicionarmos de novo a perspectiva historiador, que certamente precisa ser levada em conta nas situações nacionais e no desenvolvimento peculiar e idiossincrático no interior dos estados nacionais, sem mencionar grupos regionais mais amplos (Terceiro contra Primeiro Mundos, por exemplo), então, as teleologias locais do processo capitalista podem ser reconciliadas com seus desenvolvimentos históricos espasmódicos e com suas mutações quando se descola de um espaço geográfico para outro. (JAMESON, 2001, p. 147.)

A partir desta tematização teríamos aqui o espaço como instância de metamorfose do capital, no qual o mesmo, a cada novo período, ganha maior poder de supra-ordenação das atividades humanas. E, de maneira complementar, se torna cada vez mais abstrato, na medida em que se torna, crescentemente, algo mais abrangente do que as relações materiais tangíveis que

caracterizam seu momento inicial de constituição. Temos, assim, uma aproximação entre reestruturação produtiva e financeirização do capital iniciada nos anos 70 e o tema da mercadização da cultura. Foge ao nosso objetivo fazer referência a todos os momentos de metamorfose do capital que demarcam a argumentação de Arrighi. Sendo assim, vejamos diretamente como, a partir da apropriação de Jameson desta problemática, a interação entre finanças e cultura se constitui num novo “espaço” de metamorfose do capital.

Nesse ponto, começa o terceiro estágio, que é o momento que nos interessa mais de perto aqui. O tratamento que Arrighi dá a este terceiro momento do capitalismo financeiro cíclico inspira-se na sua observação de que o “estágio da expansão financeira é sempre um “sinal de outono”. A especulação, a retirada dos lucros da indústria doméstica, a busca cada vez mais febril, não tanto de novos mercados (estes também estão saturados), mas de novos tipos de lucro auferíveis nas próprias transações financeiras - estes são os modos com que o capitalismo agora reage e compensa o encerramento de seu período produtivo. O próprio capital começa a ter flutuação livre. Ele se separa do “contexto concreto” de sua geografia produtiva. O dinheiro se torna, em um segundo sentido e um segundo grau, abstrato (sempre foi abstrato no sentido primeiro e básico): é como se, em um certo sentido, ainda tivesse um conteúdo - tratava-se do dinheiro do algodão, do trigo, da indústria têxtil, das estradas de ferro e assim por diante. Agora, como a borboleta se mexendo no interior de crisálida, ele se separa de criadouro concreto e se prepara para alçar vôo. Sabemos muito bem (mas Arrighi demonstra que esse nosso saber contemporâneo apenas duplica a experiência amarga dos que já morreram, dos trabalhadores desempregados dos momentos anteriores ao capitalismo, dos comerciantes locais e **também das cidades mortas** (grifo nosso)) que este vôo é literal. Sabemos que a fuga de capitais existe de verdade: o desinvestimento, a mudança previsível ou brusca para prados mais verdes e taxas maiores de retorno de investimentos, e para uma força de trabalho mais barata. Mas esse capital flutuante, em sua busca frenética por investimentos mais rentáveis (...) vai começar a viver em um novo contexto, não mais das fábricas ou nos locais de trabalho e extração e produção, mas no chão das bolsas de valores, se atacando por uma maior rentabilidade. (...)

Tudo isso, como sugerido acima, atinge intensidade máxima no nosso período como resultado da “revolução” cibernética, a expansão das tecnologias de comunicação ao ponto em que as transferências de capital abolem hoje tempo espaço e podem ser efetuadas de forma virtualmente instantânea entre diferentes zonas nacionais. Os resultados desses movimentos instantâneos de imensas quantidades de dinheiro em torno do globo são incalculáveis, e no entanto já produziram claramente novos tipos de bloqueio político e também sintomas novos irrepresentáveis na vida cotidiana do capitalismo tardio. (JAMESON, 2001, p. 150-151)

Da argumentação acima, podemos depreender a estreita relação existente entre o "triunfo da ideologia mercantil" e a construção de identidades e valores culturais reificados. A problematização desta relação exigirá, portanto, que façamos uma análise mais profunda de como esta reificação ganha força no capitalismo neoliberal e de como ela interage com o discurso pós-moderno, quer seja sobre a forma mais "vulgar" do mesmo, oferecido à maior parte dos indivíduos (o individualismo, a idéia de que não existem mais opções de transformação social, etc.), quer seja sob sua forma mais elaborada, praticada em meios acadêmicos e intelectuais (as teorias de fim da história, fim das identidades universais, etc.). A nova gradação do fenômeno da reificação já se deixa perceber no crescente caráter auto-referente do capital expresso prioritariamente na forma dinheiro. O fato do dinheiro, gradativamente, ampliar sua dissociação dos bens tangíveis que ele supostamente representa, tornando-se assim cada vez mais abstrato, parece fortalecer sua aparência "auto-evidente" e imperativa.

Podemos retornar assim a apreciação inicial que buscamos desenvolver do fenômeno da reificação para, agora, nos atermos mais a esse ponto no qual a totalidade concreta das relações sociais é substituída no capitalismo tardio por uma totalidade abstrata e tendencial no nível da aparência. Entrando em relação de complementaridade com esse momento de fenômeno, temos, como também buscamos ressaltar anteriormente, a aparência de inexorabilidade concreta do imediato existente. Esta dimensão, de novo, pode se deixar perceber pela pauperização e mortificação de regiões substantivas do mundo pelas "retiradas de capital", geralmente acompanhadas de desemprego e deterioração das condições de vida. Em sua aparência, estes fenômenos serão vivenciados no nível da vida cotidiana dos indivíduos como uma inexorabilidade concreta e imediata. Sendo assim, o fenômeno da reificação no capitalismo contemporâneo parece colocar uma dimensão fragmentária da vivência dos indivíduos que depois será, como já buscamos apontar anteriormente, positivada por uma série de teorizações e narrativas.

Estas permanentes dinâmicas de desertificação e capitalização, que se desenvolvem com enorme velocidade, também levam a um avanço da "serialização" dos indivíduos, que perdem de

vista as determinantes sócio-econômicas de sua existência. Esta dimensão dual do fenômeno da reificação, portanto, tende a se aprofundar, na medida em que as (pseudo) objetividades imediatas e fragmentadas tendem cada vez mais a se reafirmarem na medida direta em que a totalidade se torna positivamente abstrata e intangível, e a partir daí o aspecto de inexorabilidade do existente se fortalece duplamente. Tal qual analisado por José Paulo Netto,

Realmente é preciso apreender os *dois* níveis de realização do fetichismo que, posto já na “célula” econômica da sociedade burguesa, reproduz-se ampliadamente em todas as suas instâncias. De um lado, a substancialização das relações sociais: o conjunto de reificações, que é múltiplo e heteróclito - as coisas sociais que balizam o cotidiano dos homens, controlam a sua existência. De outro a positividade aí engendrada, que equaliza, organiza homogeneizadamente estas coisas sociais, viabilizando a atuação adequada dos agentes sociais particulares. A pseudo-objetividade do conjunto das objetualidades é fundada por esta positividade. O fetichismo, conseqüentemente, é dúplice: em cada manifestação reificada do ser social e na articulação pseudo-global de todas elas. (NETTO, 1981, p.88)

A partir daí uma diferenciação interessante em relação ao período fordista- keynesiano pode ser identificada no capitalismo contemporâneo, na medida em que este parece colocar uma dimensão fragmentária da vivência dos indivíduos que depois será positivado por uma série de teorizações e narrativas. Se, naquele período, a tônica principal da dimensão aparente do fenômeno da reificação eram as formas padronizadas de sociabilidade que constituíam uma espécie de barreira objetiva, diretamente identificável, para liberdade, hoje estas barreiras parecem ter se complexificado ao se tornarem mais densas em dois sentidos.

No sentido da sociabilidade primária, a dimensão imperativa das “leis obtusas do econômico que mantêm os homens trabalhando” parecem dispensar uma subordinação “consciente” dos indivíduos no sentido de uma aceitação racionalizada ideologicamente expressa nas leis do trabalho, da nação, dos princípios corporativos de determinadas profissões, etc. É como se as “leis obtusas do econômico” se autonomizassem e estivessem colocadas a priori em relação a qualquer forma de aceitação. E, assim, a escassez, a pauperização e a ameaça de desemprego é que se põem para o indivíduo como elementos que exigem um esforço ativo de subordinação, num primeiro momento.

Este avanço da desertificação das relações de sociabilidade primária, no entanto, se articula com peculiaridades do discurso hegemônico contemporâneo, na medida em que expressam na sua própria “irrepresentabilidade” um princípio de necessidade genérico, que posteriormente será devidamente ideologizado de duas maneiras complementares. Por um lado, a incapacidade das formas de representação constituídas de darem respostas às contradições sociais e ao avanço da pauperização – mesmo que as forças produtivas para a superação das mesmas já estejam, há muito, dadas – produz um distanciamento cínico destas representações em relação à realidade, a partir do qual a incapacidade de as idéias dominantes responderem à realidade será vivenciada como uma impossibilidade genérica de correspondência entre idéias e realidade, apresentada de maneira inexorável. Por outro, esta realidade como espécie de “pano de fundo anômalo” da cultura coloca um princípio de necessidade inexorável que exige de todas as formas de representação e de cultura uma obediência cega, reforçando então a necessidade de os indivíduos depreenderem um permanente esforço de adaptação aos princípios tendencialmente perfeitos de expressão do dever ser do capital. Retomando Netto:

Esta homogeneização não se refere ao conteúdo mesmo das instâncias, que é necessariamente heterogêneo; refere-se à aparência que tomam para o agente e também à sua forma de reação. A homogeneização se obtém pela positividade, que é aparência global factual imediata que precisamente assume as objetivações do ser social – e que suprime suas mediações, obscurece a sua negatividade, fá-las esgotáveis no seu exclusivo caráter de algo dado. A positividade integra o conjunto das caóticas e autonomizadas relações sociais reificadas numa aparência unitária. (NETTO, 1981, p.86)

Esta articulação entre a fragmentação aparente do real e o princípio de necessidade abstrato e imperativo será então ecoada na cultura, tanto no conteúdo dos discursos estabelecidos como na morfologia dos mesmos. Irá constituir a matéria prima de um sentido tendencialmente cínico e irônico presente na cultura e na ideologia do capitalismo contemporâneo. Entramos, aqui, em um interessante eixo temático. Se, por um lado, a multiplicação da ironia como recurso discursivo aponta para uma incredulidade em relação aos imperativos burgueses, por outro, a multiplicação do cinismo remete a um ceticismo que aponta pra uma inevitável dissociação entre idéias e fatos. Esta

dissociação aparece enquanto uma expressão do princípio da inexorabilidade, na medida em que todo o mal estar produzido pelo existente, aquilo que outrora era percebido como o impulso para a antítese, converte-se agora em pura prova de impotência frente à qual a atitude crítica, pressuposto de toda sátira e ironia, reduz-se a uma confirmação fatalista do existente. Recorrendo a Adorno:

A própria ironia como meio entrou em contradição com a verdade. A ironia ultrapassa o objeto ao expô-lo tal como aquilo que se propõe ser para em seguida confrontá-lo ao que ele efetivamente é, tudo isso sem julgamento, como que prescindindo do sujeito observador. Ela atinge o negativo ao confrontar o positivo à sua própria pretensão à positividade. Ela se anula tão logo acrescenta palavra explicativa. *Nisso ela pressupõe a idéia do evidente, originalmente de ressonância social. É somente quando se aceita um consenso imperativo dos sujeitos que se torna supérflua a reflexão subjetiva, a execução do ato do entendimento.* [...] *A vitória da classe burguesa na era cristã levou a um afrouxamento da função da ironia [...] É que o próprio consenso, que é o pressuposto formal da ironia, converteu-se no consenso universal quanto ao conteúdo.* (grifo nosso) Como tal, ele seria o único objeto digno de ironia, e ao mesmo tempo lhe retira solo. O meio da ironia, a diferença entre ideologia e realidade, desapareceu, resignada à confirmação da realidade na sua mera duplicação. A ironia exprimia: assim a coisa pretende ser e assim ela é de fato; hoje, contudo, o mundo proclama mesmo na mentira radical que é assim mesmo, e essa simples descoberta lhe parece coincidir com o bom. Na rocha do existente nenhuma fenda dá apoio à mão do irônico. [...] O gesto do “assim é” irrefletido é exatamente aquele para o qual o mundo prepara cada uma das suas vítimas, e o consenso transcendental intrínseco à ironia torna-se ridículo diante do consenso real daqueles que lhe caberia atacar. (ADORNO, 2008, p.206-208)

Observamos assim um reflexo, no campo da cultura, da interação entre esta fragmentação aparente do real com um sentido de inexorabilidade do existente, da qual a ideologia cínica seria uma importante expressão. E a partir daí toda uma morfologia de indeterminação será identificada como a possibilidade última de liberdade, nas diversas formas apologéticas de “intersubjetividade multicultural” tão saudadas pela lógica cultural pós-moderna. Assim, podemos analisar em um novo grau de concreticidade o problema da autonomização do signo em relação ao significado (e deste, por sua vez, em relação a algum objeto motivador primeiro) na fenomenologia da cultura contemporânea. Este problema geralmente vem associado às construções discursivas que comumente buscam estabelecer uma indistinção ou, pelo menos, uma problematização sob a forma de hibridização entre aquilo que constitui a realidade objetiva e as construções ideológicas, culturais e simbólicas numa espécie de “semiotização da realidade”. Mesmo que ele só se apresente em sua forma pura em uns poucos segmentos da cultura midiática (videoclipes, publicidade, filmes de

ficção científica e meta-temáticos hollywoodianos, etc.), e se faça presente de maneira mais clara nas formas de expressão que, na lógica cultural pós-moderna, correspondem ao que foi chamado no período da plena vigência do alto modernismo de “alta cultura” (filmes autorais, literatura, artes plásticas, filosofia desconstrutiva, diversas formas de neo-nominalismos teóricos, etc.), o fato de representar uma espécie de “tendência última” ou princípio levado às últimas conseqüências, torna relevante a análise deste fenômeno.

Ele aparece, por um lado, como expressão deste conteúdo tendencialmente cético da ideologia dominante e, por outro, como expressão desta arbitrariedade aparentemente fragmentada do cotidiano. Além do que, enquanto princípio geral, esta autonomização semântica enquanto princípio de “livre movimento” e “livre combinação” guarda, como já ressaltado por Jameson, um vínculo com a crescente abstração e movimentação do capital em sua era de financerização informatizada, e a dissociação entre significado e signo em proveito do segundo remete ao avanço da divisão e alienação do trabalho.

Porém, ao intensificar estas vivências, em uma associação vertiginosa de sensações, acaba por oferecer uma resposta peculiar ao princípio de necessidade absoluto que anteriormente anunciamos como espécie de “pano de fundo” da cultura contemporânea. Ao mesmo tempo em que aliena este princípio de necessidade criando uma espécie de liberdade impessoal e dessubstancializada para correspondê-la, deixa antever potencialidades inéditas que só serão corretamente compreendidas em um esforço ativo de superação desta “matéria prima alienada” que constitui a morfologia da cultura contemporânea. Este caráter vertiginoso que a automização do signo empresta à cultura pode também ser lido em um esforço de re-totalização, como espécie de índice de uma série de potencialidades suprimidas que clamam por uma “redenção”, para utilizar um termo benjaminiano.

Sendo assim, ao mesmo tempo em que expressa o avanço da alienação do capital globalizado, deixa perceber as possibilidades novas que a mundialização suscita, a partir das suas contradições enquanto expressão do avanço da “sociabilização da sociedade”. Porém, essas

potencialidades se encontram interrompidas, na medida em que a fragmentação do sujeito iluminista leva a um abandono da possibilidade da transformação qualitativa do existente. Segundo a reposta oferecida pela lógica cultural pós-moderna, as novas potencialidades presentes no mundo atual devem ser simplesmente vivenciadas em um enorme mosaico espacial, a partir de infindáveis vivenciamentos frente aos quais não devemos ansiar qualquer tipo de síntese ou unificação, sob o risco de suprimir estas potencialidades ao desrespeitarmos sua alteridade e seu caráter inexoravelmente fugido e efêmero. Esta fragmentação ou questionamento do sujeito histórico, em seu sentido original tal qual colocado pelo iluminismo, que a cultura pós-moderna expressa, não pode, no entanto, ser entendida como uma simples “falsa consciência” ou farsa discursiva. Em sua constituição, ela expressa impasses reais – mesmo que para depois perpetuá-los a partir da presentificação absoluta das condições de existência humana. Tal qual anunciado por Jameson no capítulo sobre literatura e linguagem de *Pós-Modernismo: a Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*,

O sujeito certamente não é um mero “efeito” do objeto, mas não seria tão errôneo sugerir que a *posição* do sujeito é exatamente esse efeito. Na mesma chave, deve-se entender que objeto não significa um mero conjunto perceptivo de coisas físicas, mas uma configuração social ou conjunto de relações sociais (uma vez que mesmo a percepção física ou as experiências aparentemente mais básicas do corpo ou da matéria são mediadas pelo social). O que se conclui desse argumento não é que o sujeito “unificado” seja irreal, indesejável ou inautêntico, mas sim que ele depende, para sua construção e existência, de um certo tipo de sociedade e que é ameaçado, corroído, problematizado ou fragmentado por outro tipo de arranjo social. (JAMESON, 1991, p. 155)

A partir desta constatação, podemos buscar uma apreensão combinada entre os momentos em que a lógica cultural contemporânea reafirma as relações sociais fundantes do capitalismo e as nuances e contradições que, ao se inscreverem na mesma, possibilitam a problematização destas relações.

Desse modo, a própria contradição a que de passagem nos referimos acima - nossa peculiar sensação pós-moderna sobre nossas múltiplas subjetividades e pontos de vista, de que estamos cansados do próprio subjetivo em suas manifestações clássicas mais antigas (que incluem o tempo profundo e a memória) e de que estamos com vontade de viver por algum tempo na superfície -, essa contradição é fundamental no desenvolvimento da narrativa

moderna e pós-moderna, cujas configurações nos permitem tomar pulso da situação atual. [...]. Mas o que se deveria deduzir dessa contradição não é uma estética segundo a qual se atribui ao texto uma nova função, a de desprezar cada uma dessas estratégias de contenção e ressaltar a contradição enquanto tal: a inscrição do sintoma nunca pode ser planejada de antemão, ela tem que vir depois, por via indireta, tem que ser o resultado do fracasso, ou uma deflexão mensurável, de um projeto real que tenha conteúdo. (idem, ibidem, p. 168)

Referências Bibliográficas

ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max – *Dialética do Esclarecimento; Fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

_____.- *Minima Moralia: Reflexões a partir da vida lesada*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue Editoria, 2008.

BENJAMIN, W. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1985

JAMESON, Fredric. *A cultura do dinheiro*. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____.*Pós Modernismo Lógica Cultural do Capitalismo Tardio..* São Paulo: Editora Ática, 2002.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo e reificação*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

NOBRE, Marcos- *Lukács e os Limites da Reificação: um estudo sobre História e Consciência de Classe*. São Paulo: Editora 34, 2001.